

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COMO DIREITO PARA TODOS E OS PROCESSOS FORMATIVOS: EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO (ILHÉUS-BA)

Jeroaldo de Souza Santos

Mestre – PRODEMA- UESC;

Coordenador Pedagógico do Colégio Estadual Abdias Menezes (NTE – 20)

E-mail: jeroaldosantos@hotmail.com

Marta Alexandrina Mendes dos Santos Barroso

Licenciatura em Ciências Sociais, UESC

UESC. E-mail: alexandrinabarroso@hotmail.com

Resumo: Os processos formativos desenvolvidos nas escolas brasileiras foram excludentes e para poucos, com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 o Estado passou a estabelecer Políticas Públicas (PP's) voltadas para o alcance da qualidade educacional para todos fundamentada em um discurso ideológico para manutenção e conservação da ordem social. Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender a interação entre os processos educativos e o discurso do Estado Nacional que prevê a educação de qualidade como direito para todos, além de caracterizar as concepções referentes aos processos educativos de acordo experiências de estágio no Ensino Médio CEMB, CPM e IFBA; identificar o discurso do Estado Nacional presentes nas PP's que preveem a educação de qualidade educacional como direito para todos e relacionar a concepção de educar na análise de Emile Durkheim; Bourdieu e Passeron; Paulo Freire e Anísio Teixeira com as experiências vivenciadas durante a realização dos Estágios Obrigatórios em Ciências Sociais. A metodologia foi com uso das recomendações científicas da pesquisa de natureza qualitativa, revisão bibliográfica e análise documental - Relatórios de Estágio, Projeto Político Pedagógico (PPP), Planos de aula e Avaliações do Colégio Estadual Moysés Bohana (CEMB), Colégio da Polícia Militar (CPM) Romulo Galvão e Instituto Federal da Bahia (IFBA) Campus Ilhéus/BA. Constatou-se o debate sobre inclusão, disciplina e manutenção da ordem nos processos formativos formais e informais (PPP); o discurso centralizador e unilateral do Estado e transmissor da ideologia hegemônica na construção de PP's sem a participação da sociedade organizada e incoerente as demandas regionais e locais; critérios da avaliação da qualidade fundamentados em dados quantitativos e a negação da cultura do indivíduo e anulação das singularidades e realidade de cada município brasileiro.

Palavras-chaves: Qualidade educacional, Políticas Públicas e Estágio Supervisionado.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente a educação era destinada a grupos elitizados e a média e alta burguesa. Atualmente no Brasil o processo educativo é compreendido como um direito de todos para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – como principal documento do ordenamento jurídico-educacional do País nos anos 90. Nesse contexto, é necessário problematizar as estruturas político-ideológicas que sustentam, e

que paradoxalmente ainda mantém as dificuldades de acesso para grupos de poderes aquisitivos perto ou na linha de pobreza.

Emile Durkheim (2016) visualizou que o fato de os processos educativos serem estruturados e associados ao rumo da história social de todos os pais e cultura, a educação envolve muito mais do que só normas de convivência, pois perpassa a toda uma estrutura ideológica e política de manutenção do poder com um olhar conservador.

Para Durkheim, a violência simbólica faz parte da formação social destes indivíduos que mantém assim a ordem normal das classes fortificando o discurso de ordem do sistema social, como se o destino fosse pré-definido pela questão biológica, na qual certos indivíduos não conseguem desenvolver seu intelecto e não conseguir acompanhar certos estilos educacionais pelo simples fato de serem oriundos de um grupo pobre da sociedade.

O discurso que norteia a sociedade brasileira em relação ao processo educativo formal é fundamentado na qualidade prevista como um direito de todos assegurado através do Artigo 205º da Constituição Federal de 1988. Sendo assim, a consideração da educação de qualidade como direito de “todos” a ser ofertada pelo Estado Nacional seria um discurso para apaziguar os populares, necessitando de novos parâmetros para discussão e debates sobre esses “todos” e suas influências nas escolas.

Diante disso, justifica-se a necessidade de compreender a interação entre os processos educativos e o discurso do Estado Nacional que prevê a educação de qualidade como direito para todos, bem como: Definir as concepções referentes aos processos educativos de acordo experiências de estágio no Ensino Médio CEMB, CPM e IFBA; Identificar nas Políticas Públicas o discurso do Estado Nacional que prevê a educação de qualidade como direito para todos e Relacionar a Concepção de educar na análise de Emile Durkheim com o discurso do Estado Nacional que prevê a educação de qualidade como direito para todos.

Essa pesquisa é de natureza qualitativa, pois para as ciências sociais esse e a melhor forma de analisar um fato devido a isso será feito uma revisão bibliográfica e documental (Relatórios de Estágio, Projeto Político Pedagógico, Planos de aula e Avaliações) de três instituições de ensino, onde os estágios foram realizados, além do levantamento de dados das Políticas Públicas sobre o tema e pesquisas científicas (artigos, livros, dissertações e teses) a nível nacional, bem como utilizaremos a análise crítica do livro de Durkheim “Educação e Sociologia” mostrando um mapeamento bibliográfico com outros teóricos.

Ademais a isso, essa pesquisa caracteriza as concepções institucionais que envolvem os processos educativos formais através da pesquisa documental do Projeto – Político –

Pedagógicos (PPP) e relatórios de estágios supervisionados realizados no Colégio Estadual Moysés Bohana (CEMB), Colégio da Polícia Militar (CPM) Romulo Galvão e Instituto Federal da Bahia (IFBA) Campus Ilhéus/BA.

E contextualiza a Concepção de educar na análise de Emile Durkheim; Bourdieu e Passeron; Paulo Freire e Anísio Teixeira com as experiências vivenciadas durante a realização dos Estágios Obrigatórios em Ciências Sociais frente o discurso do Estado Nacional que prevê a educação de qualidade como direito para todos.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1. Qualidade educacional como direito de todos

A Qualidade educacional como direito de todos só passou a ser uma determinação com a Constituição Federal de 1988 de acordo os seguintes artigos: 206º; 209º; 211º § 1º; 212º § 3º e 214º (BRASIL, 1988). O uso do termo qualidade aparece associado a padrões mínimos, a avaliação, a equidade e na melhoria do ensino de acordo o pacto federativo (funções da União, Estado e Municípios para a oferta da Educação). Essa estrutura da Constituição Federal de 1988 foi definida para garantir a educação pública de qualidade para todos os brasileiros e seus fundamentos se tornaram presentes na LDB de nº9394 (BRASIL, 1996) através do Artigo 4º, parágrafo IX ao determinar que é dever do Estado garantir uma educação escolar pública mediante padrões mínimos de qualidade de ensino.

Prosseguindo a análise dos artigos da LDB e nº9394 (BRASIL, 1996) nos artigos 74º e 75º fica bem claro que a análise das verbas destinadas para os estados e municípios tem que ser de acordo a cada “variação regional”, por considerar que cada região do país necessita de aspectos específicos para garantir a educação igualitária e de qualidade para todos, e assim, gerar uma análise do micro para o macro no direcionamento dos planejamentos orçamentários da educação. Sendo assim, a garantia do padrão de qualidade da educação um “princípio constitucional da educação nacional, previsto no artigo 206, inciso VII, da Constituição Federal [...] norma fundamental, diretriz [...] que regula todos os sistemas de ensino” (CHERUBINI, 2012, p.1).

Para garantir a educação igualitária e de qualidade para todos no Brasil, o Banco Mundial passou a ao investir no ambiente físico, além de estímulos para o âmbito das pesquisas qualificando de “insumos” como manutenção de uma boa biblioteca, laboratórios e afins. O Banco Mundial utiliza essas medidas “para a mensuração da eficiência e eficácia dos

sistemas educativos, por meio, sobretudo, da medição dos processos de ensino e aprendizagem [...] na busca da equidade e da eficiência interna e de uma dada concepção de qualidade” (BANCO MUNDIAL, 1996, *apud*, DOURADO, et. al. 2007, p.13).

O Banco Mundial sugere uma escola democrática e participativa fazendo com que o aluno se entenda como um agente ativo em todo o processo educacional. Essa relação faz com que o professor entenda cada indivíduo e de que meio este está inserido para que consiga planejar aulas de maneira eficaz que contemple o aluno no processo de ensino e aprendizagem na sua totalidade, pois “a eficácia das escolas se dá quando os professores conhecem o conteúdo e as metas do currículo, quando organizam a classe de forma a favorecer a aprendizagem e quando avaliam o progresso dos alunos e sua própria eficácia, de modo a ajustar-se” (BANCO MUNDIAL, 1996, *apud*, DOURADO, et. al. 2007, p.13).

Nesse sentido, “o fator decisivo para que a qualidade se efetive nas escolas, sobretudo nas que atendem às populações mais pobres, é tornar o aluno o foco central do sistema educativo, de modo que ele seja ativo no processo de aprendizagem” (BANCO MUNDIAL, 1996, *apud*, DOURADO, et. al. 2007, p.13).

De acordo com a documentação da UNESCO de 2002, para se ter uma qualidade na educação é preciso equilíbrio entre todos os órgãos envolvidos na gestão educacional, pois assim é possível a “promoção da igualdade de oportunidade” (UNESCO, 2002, *apud*, DOURADO, et al., 2007, p.13) perante o povo na oferta desse serviço público, além da necessidade de as escolas valorizarem o aluno de forma inclusiva e libertadora.

Desse modo, a qualidade educacional é o reflexo de um Governo Democrático que dialoga com todos grupos e classe sociais, fomentando financiamentos de longo prazo, inclusão, respeito a diversidade, oportunidades onde todos sejam contemplados e participativos na construção do saber fazendo uma escolar horizontal, pois a Reunião da Sociedade Civil (2004) entendeu que “a qualidade em educação como um ‘conceito político’ em disputa [...] que exige investimentos financeiros de longo prazo, participação social e reconhecimento das diversidades e desigualdades culturais, sociais e políticas presentes em nossas realidades” (GADOTTI, 2013, p.5).

Esse autor, ainda pontua a necessidade de uma “qualidade em educação que gere sujeitos de direitos, inclusão cultural e social, qualidade de vida, [...] respeito à diversidade, o avanço da sustentabilidade e da democracia e a consolidação do Estado de Direito” (GADOTTI, 2013, p.5). Assim, Gadotti (2013) ao analisar o Documento de Referência da Conferência Nacional de Educação (MEC, 2009) pontua a importância do entendimento do

papel da comunidade na lutar pela garantia das Políticas Públicas emergentes, existentes ou não para a qualidade educacional, pois “não há qualidade na educação sem a participação da sociedade na escola. A garantia de espaços de deliberação coletiva está intrinsecamente ligada à melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais” (GADOTTI, 2013, p.2).

Bourdieu (2007) e Durkheim (2016) destacam a desconsideração dos aspectos socioculturais na identificação na educação formal. Nesse sentido, esta pesquisa identificou os elementos (metas da instituição educacional; perfil de discente; atuação docente; processo avaliativo; concepção de sociedade e concepção do processo de ensino e aprendizagem) que caracterizam os processos educativos formais concebidos pelo Colégio Estadual Moysés Bohana (CEMB), Colégio da Polícia Militar (CPM) Romulo Galvão e Instituto Federal da Bahia (IFBA) apresentados no Quadro I.

Quadro I: Elementos que caracterizam os processos educativos formais do CEMB, CPM e IFBA (Ilhéus)

ELEMENTOS	CEMB	CPM	IFBA
Metas da Escola	Inclusão; capacitação; elo com a comunidade e valorização da família	Disciplina, responsabilidade e formação de futuros militares	formação de um indivíduo sócio político.
Perfil de discente	clientela do próprio bairro ou bairros próximos classe média baixa.	filhos de policiais e algumas vagas extras para alunos de vários bairros de Ilhéus com alto desempenho pedagógico e disciplinar.	alunos oriundos de das duas cidades ilhéus e Itabuna.
Atuação docente	atuar de forma organizada e planejada, valorizando o trabalho em equipe e a ajuda mútua.	Associação disciplinar e moral ao exercício profissional e nas condutas em sala de aula de acordo o Regimento Interno	promovem um senso crítico nos alunos

Fonte: Dados de Pesquisa Projetos Políticos Pedagógicos. 2013, 2014 e 2015.

Quadro I: Elementos que caracterizam os processos educativos formais do CEMB, CPM e IFBA (Ilhéus)

Continuação

Processo avaliativo	Processo de avaliação educação permanente, proporcionando-lhe a capacidade de aprender a aprender numa dimensão de vida pessoal, social e profissional.	Consideração do domínio de potencialidades, como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparação para o exercício consciente da cidadania".	Instrumentos internos de avaliação da aprendizagem e da aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.
Concepção de sociedade	Uma linha de pensamento de uma sociedade orgânica para que o aluno sinta qual seu papel na sociedade e no seu grupo social.	Disciplinar. Formação do adolescente, influenciando na conduta do aluno, dentro e fora. Padrões éticos, pelos degraus da hierarquia social.	A instituição educativa procura revelar a sua finalidade, a concepção de sociedade na qual deseja intervir e o tipo de formação pretendida em seu cotidiano pedagógico.
Concepção do processo de ensino e aprendizagem	Trabalho em equipe. Educação permanente. Capacidade de convívio social e profissional.	Militar e pedagógico Busca da excelência do indivíduo.	Ensino tecnológico Universitário

Fonte: Dados de Pesquisa Projetos Políticos Pedagógicos. 2013, 2014 e 2015.

As metas apresentadas nas 3 instituições educacionais são baseadas em especificidades de caráter técnico, militar e regular adotado em cada uma delas, o que implica em uma formação não ampla de acordo os pressupostos constitucionais de 1988 em seu artigo 205º, pois enquanto uma almeja a formação sócio política, a outra defende a disciplina associada a responsabilidade e prosseguimento na carreira militar ou para ingresso no Ensino Superior.

As metas do antigo Centro Integrado de Educação Rômulo Galvão – CIERG, tiveram que ser alteradas no PPP para o funcionamento do CMP, enquanto unidade da rede Pública Estadual de Educação Militar para ajudar o indivíduo a desenvolver o seu potencial, na busca da construção da autonomia intelectual e da personalidade através de atividades e ações que potencializem qualidades para auto realização, despertando assim um gosto pela carreira militar na corporação através da Instrução da Polícia Militar.

Em relação ao perfil dos discentes de cada uma dessas instituições, verificou-se que o corpo estudantil do CPM Rômulo Galvão é formado por residentes da cidade de Ilhéus e de outras cidades vizinhas sendo atendido no sistema de externato em três turnos totalizando 1400 alunos de ambos os sexos envolvendo em sua maioria as classes média e baixa, que se declaram católicos (80%), os demais em diversas religiões. Anseiam em: fazer vestibular carreira militar (seguindo exemplo dos pais) de modo geral os empregos após conclusão do

ensino médio estão submetidos ao Regulamento Disciplinar do Colégio da Polícia Militar (RDCPM).

O corpo estudantil do CEMB é em grande parte constituído de moradores de Ilhéus da zona sul que apresentam classe baixa. Essa escola busca ofertar “uma educação que possibilite mudança de postura e definição de novos paradigmas mais conscientes e comprometidos com as questões da autonomia e cidadania” (BAHIA, 2018, p.2). Contudo, através dos registros de relatório de estágio, constatou-se que os discentes do diurno não conseguem vislumbrar fazer o vestibular e do noturno pensam apenas em concluir e conseguir emprego.

O corpo estudantil do Instituto Federal da Bahia (IFBA) Campus Ilhéus/BA é dividido em matrículas realizadas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Técnico em Informática; Técnico em Segurança do Trabalho. Cursos Subsequentes ao Ensino Médio: Técnico em Informática; Técnico em Segurança do Trabalho; Técnico em Edificações.

A maioria desses estudantes do IFBA reside na cidade de Ilhéus e em outras cidades vizinhas, sendo atendido no sistema integral diurno e noturno técnico totalizando 750 alunos de ambos os sexos nas duas modalidades e 25 alunos da graduação Educação a Distância, que anseiam em fazer vestibular em seguir a vida acadêmica.

É importante salientar que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA nasceu baseado na “Lei nº 11.892/08 [...] com atribuições que articulam educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta da educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino” (BRASIL, 2010, p. 18). Nesse sentido, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFBA reúne os pressupostos filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas e a organização didático-pedagógica da instituição que associem ensino-pesquisa-extensão.

A atuação docente no IFBA visualiza a necessidade de estabelecer de fato uma formação que garanta a profissionalização sustentável, compreendendo a educação como um referencial permanente de formação geral, que segue como objetivo no desenvolvimento integral do ser humano, construído assim por valores éticos, sociais e políticos, de maneira a preservar a sua dignidade e a devolvendo com ações junto à sociedade com base nos mesmos valores adquiridos. Sendo assim, uma educação dinâmica e histórica, pois convida a fazer uma leitura do mundo moderno marcado por dimensões econômicas, culturais e científico-tecnológicas.

Sobre a atuação docente constatou-se que os professores no CEMB se baseiam em um trabalho pedagógico desenvolvido com o intuito de proporcionar meios para que os discentes desenvolvam a capacidade de aprender numa dimensão de vida pessoal, social e profissional. Para isso, os professores consideram no processo avaliativo o uso de provas de recuperação paralela durante o ano e a recuperação final.

Os professores do CPM no momento de planejamento e de sua execução procuram o envolvimento dos pais e comunidade no conhecimento da visão pedagógica da escola. Propõem também a intensificação do assessoramento da família na elaboração dos planos e acompanhamento dos resultados através da implementação de: realização de oficinas de planejamento e leitura; intensificação do Projeto Família na Escola; envolvimento do colegiado e comunidade na construção da proposta de avaliação processual; práticas metodológicas de ensino que proporcionem o desenvolvimento de competências e habilidades; intensificação dos aspectos pedagógicos para uma educação integral (domínios afetivos, cognitivos, os valores familiares, sociais e patrióticos).

Diante dessas concepções em relação a atuação docente no processo ensino/aprendizagem, este trabalho de pesquisa mostra a prática profissional docente é incoerente a ações exercidas por um mero transmissor de informações, mas como um gerenciador do conhecimento, que valoriza a experiência e o conhecimentos prévios dos aluno de forma problematizadora na busca de sua formação como pessoa capaz de contemplar o pensar, criar e vivenciar o novo, assim como da formação de sua cidadania participativa e crítica.

As avaliações usadas pelo CEMB para análise são iguais para todas as provas testes, a questão é que umas são somatórias e outras são exclusivas, buscando sempre a evolução dos alunos, assim, a avaliação é concebida para amostragem sobre os indivíduos.

O IFBA desenvolve uma construção gradativa e somatória da avaliação da aprendizagem para medir a aquisição do saber relacionado a pesquisa, enquanto no CPM e atividades avaliativas são pontuais, únicas e exclusivas, o discente que não alcança a pontuação não chega a excelência.

Uma vez dito isto o IFBA tem uma concepção da sociedade baseado no compromisso com a redução das desigualdades sociais; discriminação de gênero, de cor e etnia e de acesso à justiça e aos Direitos Humanos, comprometendo-se com um projeto de desenvolvimento justo e igualitário por meio de uma educação profissional e tecnológica que fomenta o desenvolvimento social democrático para ser mais que um treinamento de benefício exclusivo

do mercado, mas, também, para desempenhar a função de mediador das relações sociais e atuar como agente de transformação para construir o desenvolvimento sustentável do Brasil.

O CPM busca através da avaliação da aprendizagem a excelência de cada aluno avaliado anualmente e patenteando os que se destacam tanto pedagogicamente ou militarmente de acordo o Regimento Interno, assim anulando aqueles que não chegam a excelência desses dois campos avaliativo da instituição.

A concepção da sociedade para o CEMB é de uma sociedade equilibrada com escola que não exclui os modos dos grupos sociais, tendo uma visão de sociedade equilibrada com religião, educação e o ser sociável. E para o CPM a concepção de sociedade busca valorizar a escola enquanto uma instituição de referência, reconhecida pela sociedade por oferecer um ensino de qualidade, autonomia e valores éticos. Devolvendo assim indivíduos que estariam equilibrados com a ordem e moral para a sociedade.

As concepções dos processos de ensino e aprendizagem das três instituições CEMB, CPM e IFBA estão numa linha analítica realizada mediante as interpretações que o corpo docente tem das diretrizes apresentadas no PPP de cada uma. Enquanto o CEMB tem uma análise de uma sociedade orgânica e participativa com o uso de avaliações processuais e morais que inserem um feedback da educação democrática, o CPM tem uma concepção militar e disciplinar voltada para a manutenção da ordem devido o direcionamento militar.

O IFBA segue a linha universitária devido a característica de cada docente pois são todos de ensino acadêmico assim eles visualizam um ensinamento para além dos espaços das escolas ele faz indivíduos provocativos que busquem o saber acadêmico, com processos de pesquisas científicas fazendo assim os alunos além da teoria passarem por um processo de construção de pensamento sobre os fatos.

Ao fazer uma pequena análise do professor de sociologia nestas três instituições específicas vemos que o IFBA e CEMB possuem professores formados em Ciências Sociais com competência e habilidades para estabelecer relações teóricas com a vida dos discentes na sociedade, a partir da problematização dos conteúdos; compreensão o seu lugar nos grupos sociais e sendo eficaz no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A educação problematizadora busca romper os esquemas verticais conhecidos da educação bancária e tomar como prática da liberdade através do diálogo. Assim sendo, o educador deixa de ser apenas o que educa, mas o que, enquanto educa, e educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado também educa, tornando o crescimento dos sujeitos do processo em que os “argumentos de autoridade” da “educação bancária” já não valem.

Para Freire (1979) a razão pela qual se faz necessário a educação é a percepção de um homem inacabado, da sua imperfeição e busca sempre da sua evolução, ao considerar que a educação “tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educandos. Existe graus de educação, mas estes não são absolutos. O homem, por ser inacabado, incompleto, não sabe de maneira absoluta” (FREIRE,1979, p.14).

Desse modo, os três PPP's analisados destacam a busca do desenvolvimento de um caráter político e revitalização do coletivo, baseando em uma sociedade egocêntrica, onde almeja-se um ser humano estruturado politicamente e que construa pensamentos inovadores.

Considerando que a escola é um espaço de organização política, é possível visualizar de acordo a análise do Quadro 1 que a linha de pensamento de cada instituição varia de acordo a classe do público alvo e no impacto que essa ação vai repercutir na sociedade.

A escola, enquanto instituição social, é um dos espaços privilegiados de formação e informação, em que a aprendizagem dos conteúdos deve estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico. Esse processo de ensino e aprendizagem desenvolvido nas escolas fica limitado na classe e na ação que futuramente vai ser refletido na sociedade, transformando estes indivíduos em corpos dóceis a serem absorvidos para sociedade ou para a manutenção da segregação entre os melhores e os que não conseguem se enquadrar na meta estabelecida.

Quando essa tipificação de indivíduos é analisada, percebe-se que o enquadramento que avalia o grau de evolução deste é anulador para quesitos culturais do meio social, uma vez que há uma padronização cultural que faz com que seja eliminado o conhecimento *a priori* deste indivíduo. Dessa maneira, o PPP torna-se incoerente às demandas dos discentes de forma participativa e não impositiva vertical e autoritária.

Assim, respeitar a vivência fora da escola do aluno nos PPP's é entender que através dela que se dão as transformações do mundo. Esta realidade vivida fora das escolas pode ser contextualizada, pois antes deste frequentar a escola ele já possuía uma gama de saberes do seu meio social podendo ser aproveitado e mudado de modo que a transformação ocorra para melhor.

Com base nos estágios realizados nas instituições CPM (2013) CEMB (2014) IFBA (2015) foi detectado que as instituições buscam efetivar nas práticas pedagógicas as definições dos seus respectivos PPP's, mas apresentam desafios metodológicos e de associação teórico-prática frente a organização sistêmica da educação.

O CEMB tem uma proposta seguindo a linha de pensamento de Freire, onde a educação em que a comunidade e o aluno estão inseridos interagem com o corpo docente para planejar qual melhor forma de se conduzir os processos formativos. Já no CPM a educação segue a linha do pensamento de Durkheim que mantém a ordem da sociedade orgânica, a qual concebe que a educação tem que ser direcionada de forma com ordenação de suas origens, assim mantendo a disciplina acima de tudo.

Durante os estágios percebeu-se que a Pedagogia é uma ciência que se faz presente em qualquer espaço sendo oriunda da socialização. Devido a isso, todos os dias a educação escolar é pauta em várias rodas de diálogo sobre como desempenhar a melhor forma de educar.

Nesse sentido, é um desafio desenvolver a educação formal pertinente ao momento história atual e o que construiu o momento que se vive. Todos os dias os professores são levados a pensar como se contemplar nas práticas de sala de aula essa educação que promova o crescimento intelectual, cultural e moral de cada aluno, a partir do contexto familiar e social.

Foi percebido durante os estágios que as impressões pessoais dos professores de certa forma afetam sua maneira de educar sendo assim necessário intervenções da Formação Continuada que os capacitem os docentes a compreender uma sociedade de mudanças rápidas e entender a função social da educação, decorrente “da vida em comunidade e participa do nível e da qualidade da própria vida em comum “ (TEXEIRA, 1956 p.23).

Cada uma dessas instâncias de promoção da educação à sua maneira tentar cumprir o máximo de que elas prometem segundo cada PPP. Diante disso, todas as atividades desenvolvidas em grupo durante o estágio incentivaram o princípio da visão crítica dos alunos para avaliação e interpretação dos dados e, assim, esclarecer dúvidas acerca dos conteúdos de Sociologia que eram apresentados.

Em suma, foi uma experiência nova e uma oportunidade única. Se a escola quer formar cidadãos conscientes deve valorizar todas as disciplinas, pois as mesmas contribuem para a formação dos mesmos em questão de conhecimento e formação. Ao analisar as disciplinas como parte de um todo foi detectado nos estágios que quando ocorre a prática pedagógica interdisciplinar dos conhecimentos, os alunos fazem uma análise do todo em ligação com o núcleo social que eles fazem parte ao conceber de acordo o § 5º e 6º, do Artigo 13 da Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Educação de 2010 (BRASIL, 2010), que a transversalidade “difere da interdisciplinaridade e ambas complementam-se, rejeitando a

concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado [...] a transversalidade refere-se à dimensão didático-pedagógica” (BRASIL, 2010).

Ademais a isso, foi detectado ao longo do estágio que as doutrinas religiosas afetam o modo de raciocínio dos alunos nas aulas de humanas e biológicas, tendo assim um mau gerenciamento da educação formal com a educação religiosa, o que afeta muito a desenvoltura do professor diante destes alunos. E visto isso os professores de certa forma têm que saber escolher de forma clara a abordagem metodológica e científica dos assuntos para não conflitar com os pensamentos religiosos dos alunos.

Nesse sentido, durante os estágios foi notado que o AIE - religião (ALTHUSSER, 1970) interfere na educação formal dos alunos, acarretando em conflitos e considerações conceituais dos conhecimentos, mediante a constatação da existência de fanatismos religiosos que chega ao ponto de levar um aluno a não aceitar ouvir a argumentação do professor. No estágio foram visualizados vários problemas que afetam a atuação do professor. Um deles é o uso das informações oriundas das redes sociais que interferem na abordagem e análises dos assuntos, devido à utilização desacerbada de achismo contrapondo fatos registrados em dados científicos adquiridos durante a formação acadêmica do docente.

Em relação ao trabalho pedagógico interdisciplinar nas instituições de ensino do Estado da Bahia analisadas notou-se durante o período de observação que não houve reunião com todos os professores para discutir a respeito das relações entre os conhecimentos de suas disciplinas, mas há um acompanhamento curricular para cada área, ou seja, semanalmente é realizada uma reunião para os Coordenadores de Área (docente) de exatas, línguas e humanas, cada área em um dia específico da semana, conforme estabelece o Artigo 28º da Portaria de nº 5.872 (BAHIA, 2011) que aprovou o Regimento Escolar das unidades escolares do Estado da Bahia.

A coordenação pedagógica do CPM e CEMB participam de todas as reuniões e, em cada uma delas apresenta uma pauta, discute a respeito das disciplinas daquela área e depois apresenta o que foi discutido na reunião das outras áreas. Enfim, essas reuniões têm como objetivo avaliar a dinâmica entre aluno e professor, diante de temas sugerido pela Diretoria de Extensão e Relações Comunitárias (DIREC) 6 para ser trabalhado durante o ano letivo. Ficou bem claro a falta de autonomia dos docentes principalmente das áreas de Ciências Humanas para planejar atividades voltadas para discussão de temas transversais pertinentes ao momento histórico nacional.

No diário de bordo que foi feito durante os estagio foram verificadas diferenças entre a autonomia na busca pelo conhecimento de cada uma das 3 instituições. O IFBA que tem perfil pesquisador estimula o aluno a produzir conhecimento e a ser agente ativo na educação. No CEMB existem estratégias para fomentar a pesquisa, porém nem todos os alunos se envolvem. E no CPM de acordo com o PPP e as práticas pedagógicas a pesquisa está a serviço da construção da personalidade dos alunos através de atividades, ações que potencializam suas qualidades para auto realização, preparação para o trabalho; exercício consciente da cidadania e gosto pela carreira militar na corporação.

Analisando as vivências de estágio mediante os pressupostos teóricos neste capítulo é possível identificar a utilização das suas teorias na construção de cada aluno dessas instituições de ensino e fica bem claro que cada um segue a linha teórica que mais se encaixa com a forma que a direção escolar acredita para atender demandas técnicas, burocráticas, administrativas e pedagógicas. Diante disto, é claro reconhecer o porquê de alguns professores usarem com maior ênfase a abordagem Tradicional no processo de ensino e aprendizagem durante as aulas de Sociologia através de métodos reprodutores nas aulas sem estimular a pesquisa e aprimorar a capacidade de planejar aulas com mais qualidade educacional para todos e de caráter problematizador das questões sociais eminentes.

A qualidade educacional pública só é presente em uma determinada instituição escolar caso ela promova mais espaços de diálogo sobre a sociedade, sem intervir e limitar o que deve ou não deve ser discutido e que estimula o aluno e o professor a pesquisar, afinal se percebe uma construção conjunta desse saber de maneira plena. Nesse sentido, ficaram evidentes os limites que a gestão administrativa e pedagógica de uma escola interfere nas ações docentes, ficando subtendido a alienação construída pela intuição.

No último estágio realizado no IFBA (2015) foi escolhido o turno noturno para avaliar as diferenças entre o tratamento dado ao aluno do diurno e o aluno do noturno para obter assim uma boa dimensão da realidade escolar e da realidade do ensino da sociologia. Constatou-se então, que os alunos do noturno são mais desmotivados do que os do diurno, pois lidam com problemas pessoais e sociais mais complexos para tentar entender o valor emancipador que a educação tem e a flexibilidade por parte dos professores também cansados da exausta jornada de aula. Ficou claro que a meta dos alunos do noturno é ter apenas uma comprovação de conclusão de Ensino Médio e que seja suficiente para ingresso no mercado de trabalho.

Esses dados constatarem o que Bourdieu (1970, 1998 e 2007) chama de violência simbólica, a qual parte do princípio de que o sistema simbólico é arbitrário, uma vez que não se assenta numa realidade dada como natural. Nesse sentido, o sistema simbólico de uma determinada cultura apresenta-se como uma concessão social e sua manutenção é essencial para perpetuação de uma determinada sociedade, por intermédio de uma inculcação da cultura de que educação garante espaço no mercado de trabalho.

Esse caso analisado no IFBA (2015) também é abordado por Durkheim (2016), ao afirmar que a educação é a instituição mais importante para manter a cultura dominante viva da sociedade sem levar em consideração que independente do turno os alunos apresentam as mesmas estruturas cognitivas capaz de dominar as competências e habilidades plenas do conhecimento.

Os estudos de Freire (2000) permitem inferir também sobre esse contexto que essa engrenagem “escola” na máquina da construção da desigualdade a partir da consideração de classe como fator determinante para a formação profissional e no destaque para os discentes do turno matutino, impedindo o desenvolvimento da autonomia, criatividade, transformação social, socialização e superando a elitização dos processos educativos.

Os estágios foram marcados por desafios e grandes experiências, o que o licenciando aprende na academia preparar apenas para ministrar os conteúdos, mas não para subsídio para a vivência em sala de aula diante de questões pessoais dos discentes; preconceitos e intolerâncias. Esta etapa da graduação mostra se os licenciando estão mesmos preparados para o exercício profissional na Educação Básica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de natureza qualitativa teve como objetivo geral compreender o processo educativo formal e o discurso do estado nacional para a educação de qualidade como direito para todos através de experiências de estágios supervisionados realizados no Colégio Estadual Moysés Bohana (CEMB), Colégio da Polícia Militar (CPM) Romulo Galvão e Instituto Federal da Bahia (IFBA) Campus Ilhéus/BA através da pesquisa documental (Relatórios de Estágio, Projeto Político Pedagógico, Planos de aula e Avaliações); legislação na área de educação e de pesquisas científicas (artigos, livros, dissertações e teses).

Desse modo, foi possível constatar que a relação de dependência entre os processos formativos formais e informais e identificar as representações sociais acerca da qualidade da educação nos discursos centralizadores e unilaterais do Estado através da construção, planejamento e desenvolvimento das PP's na área educacional para o setor público (Estadual e Federal). É por isso que a PP não pode ser construída tendo como referência o Estado de poder que manipula os processos, metas e estratégias de acordo com a vontade do capitalismo, é preciso a participação da sociedade organizada na luta pela garantia dos direitos e princípio da gestão democrática, plural e plena garantidos pela CF de 1988 para a educação.

A busca pela Qualidade Educacional compreendida como uma forma de buscar uma educação que seja inclusiva respeitando cada cultura e construção social dos alunos. No Brasil apresentou como marcos os seguintes documentos: o “Manifesto dos Pioneiros da Educação as leis da LDB 9394/96 e os programas que foram criados junto com os documentos já citados.

Em relação à Qualidade Educacional, Estado, Educação e Ideologia percebe-se através da análise de Althusser (1956) que destaca a ligação desses elementos para que exista a qualidade Educacional, pois para o Estado se manter ele precisa desenvolver uma educação que transmita sua ideologia hegemônica para manter assim a ordem social seguindo o pensamento marxista do autor citado acima e de outros da mesma época.

Emile Durkheim; Bourdieu e Passeron; Paulo Freire e Anísio Teixeira contribuíram com a compreensão da concepção de educar; da educação como mantenedora da ordem para ter um movimento orgânico, que nega a cultura do indivíduo inculcando a educação predominante e o modelo liberal que concebe o aluno como agente passivo, ideologia seguida de acordo com o perfil governamental de cada instituição escolar vivenciada durante a realização dos estágios nas aulas de Sociologia no CEMB, CPM e IFBA (Campus Ilhéus – BA).

E por fim, as experiências vivenciadas durante a realização dos Estágios Obrigatórios em Ciências Sociais, frente ao discurso do Estado Nacional para a promoção da qualidade como direito para todos possibilitaram compreender que: a análise que cada instituição deve tomar sobre o processo pedagógico que será utilizado, será de acordo com o pensamento do conjunto micro que estará à frente no momento de construção. Vendo que o grande desafio de exercer uma educação horizontal que reflita o perfil da intuição, sempre será quando for provar as metas que são pré-estabelecida pelos sistemas, avaliações externas (nacionais e

internacionais), pelos programas políticos do sistema educacional que regula a educação anulando a singularidade e realidade de cada município brasileiro.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE)**. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BAHIA. **Portaria de nº 5.872**. Aprovou o Regimento Escolar das unidades escolares integrantes do Sistema Público Estadual de Ensino. 2011.

BAHIA. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Moysés Bohana (CEMB)**. Ilhéus/BA. 2018.

BAHIA. **Projeto Político Pedagógico do Colégio da Polícia Militar (CPM) Romulo Galvão**. Ilhéus/BA. 2016.

BRASIL. **Projeto Pedagógico Institucional**. Instituto Federal da Bahia (IFBA) Campus Ilhéus/BA. Salvador. 2013. Disponível em: <http://portal.ifba.edu.br/proen/PPIIFBA.pdf>. Acesso em 15 de nov. de 2018.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. 238p.

BOURDIEU, Pierre; **A economia das trocas Simbólicas** / Sergio Mirceli Introdução, organização e seleção - São Paulo Perspectiva, -(Coleção estudos; 20/ dirigido por J. Guinsburg). 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**: tradução de Reynaldo Bairão: revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta 7.ed- Petrópolis, RJ:Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANCALEON, Brigida Batista; YAMANAKA, Jessica Suzuki; CASTRO, José Marcelo de; CUOGHI, Kaio Guilherme; PASCHOALOTTO, Marco Antonio Catussi. **Políticas Públicas: Conceitos básicos**. Universidade de São Paulo - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações Disciplina de Didática. Ribeirão Preto- SP. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal: Centro Gráfico. Brasília, DF. 1988. 292 p.

BRASIL - Câmara dos Deputados. **Lei nº 9.394, de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Brasília 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 931 de 21 de março de 2005. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/legislacao/Portaria931_NovoSaeb.pdf, Acesso em 9 de out. de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010. Brasília, 2010.

CHERUBINI, Karina Gomes. **Educação: garantia do padrão de qualidade.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3230, 5 maio 2012. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/garantia-do-padr%C3%A3o-de-qualidade-da-educa%C3%A7%C3%A3o-em-todos-os-n%C3%ADveis-de-ensino>. Acesso em: 03 fev. 2017.

DAVOK, Delsi Fries. Qualidade em educação. **In.: Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 3, set. 2007. 505-513 p.

DEMO, P. **Educação e qualidade.** 6. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

DOURADO, Luiz Fernando; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 65 p.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** SP. Editores Melhoramentos. 2016.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler:** em três artigos que se completam. SP: Cortez, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários a prática educativa.

FREIRE, PAULO et al. **Cuidado, escola!: desigualdade, domesticação e algumas saídas** (tradução Letícia Cotrim). —São Paulo: Brasiliense, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância.** São Paulo: UNESP, 2004.

FONSECA, M.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos político pedagógicos em debate.** Goiânia: UCG, 2004.

Gadotti, Moacir. QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: UMA NOVA ABORDAGEM. **In.: Anais do Congresso de Educação Básica: qualidade na aprendizagem.** Centro de Cultura e Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina. 2013.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. Expansão e qualidade da Educação Básica no Brasil. **In.: Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.140, maio/ago. 2010, 561-585 p.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais Investigações em Psicologia Social.** Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 5ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

OLIVEIRA, R.P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **In.: Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, out. 2007.

SANDER, Benno. **Gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. **In.: Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 147-165, 2003

SCRIVEN, M. **Evaluation thesaurus**. 4. ed. Newbury Park, CA: Sage, 1991.

TEIXEIRA, Anísio. **A educação e a crise brasileira**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.

VIEIRA, S.L. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília, DF: Líber livro, 2007.